

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE JUNHO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HÉLIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielise Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Quielise Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.
Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

RESOLUÇÃO N. 12-72

Data: 09 de junho de 1972

Súmula: Aprova convenio assinado em 19.11.69, pelo Governador do Estado e Prefeitos dos Municípios que especifica, para implantação da Área Metropolitana de Curitiba.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o convenio para implantação da Área Metropolitana de Curitiba, assinado em 19 de novembro de 1.969, pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos dos Municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiuva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.

Art. 2.º — Os Municípios da região ao realizarem obras e serviços que tenham forçosamente reflexos e implantações sobre outros Municípios, deverão submeter os projetos ao Conselho Metropolitano a que o convenio se refere.

Art. 3.º — As obras e serviços do Estado do Paraná, a serem implantados na Área Metropolitana, pelos seus órgãos e entidades, deverão ser realizados coordenadamente com as diretrizes do Conselho Metropolitano, adequadas ao planejamento regional e municipal respectivo.

Art. 4.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 09 de junho de 1972.
Wilson Fortes — Presidente

RESOLUÇÃO N. 13-72

Data: 09 de junho de 1972

Súmula: Retifica o termo aditivo, ao convenio celebrado em 18.8.68, entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA — e o Departamento de Águas e Energia Elétrica, para execução de obras de eletrificação rural no Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica ratificado o Termo Aditivo firmado em 1.º de outubro de 1.971, ao convenio celebrado em 18 de agosto de 1.968, entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA — e o Departamento de Águas e Energia Elétrica, para execução de obras de eletrificação rural no Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 09 de junho de 1972.
WILSON FORTES — Presidente

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 81.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 19 de Junho de 1972 - (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. Deputados Domicio Scaramella e Quielse Crisóstomo.

Às 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes; Antonio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aguinaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antonio Lopes Júnior — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — João Fadel — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Odilon Reinhardt — Paulo Camargo — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima e Wilson Brandão. (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Alvaro Dias — Antonio Maciel — Arizone Araújo — David Federmann — Hélio Manfrinato — João Mansur — Muggiati Filho — Nivaldo Kruger e Xenofonte Villanueva. (9).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido. Passa-se à

com a presença de 38 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n. 98-71, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 8-71, de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, fica criada uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do Município de Terra Roxa, para funcionar no próximo ano letivo. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Encerrada a discussão. Em Votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 20, terça-feira, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n. 44-72.
Levanta-se a sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 82.ª Sessão Ordinária

Realizada em 19 de Junho de 1972 - (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Odilon Reinhardt, Paulo Camargo, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Wilson Brandão. (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Alvaro Dias — Antonio Maciel, Arizone Araújo, David Federmann, Hélio Manfrinato, João Mansur, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger e Xenofonte Villanueva. (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE**:

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de propositura pesar pelo passamento da Senhora Josefa Quesada, progenitora do Senhor Doutor Gabriel Quesada, Filho, funcionário desta Casa, ocorrido no dia de ontem.

Requer, outrossim, após a aprovação do presente dê-se conhecimento à família enlutada, através expediente desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1972.

(a) — **Rosário Pitelli**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão um voto de louvor ao Excelentíssimo Senhor Coronel Pêrsio Ferreira, quem no exercício das altas funções de Secretário de Segurança do Estado no governo anterior soube, com correção, probidade e coragem de atitudes, alçar-se ao respeito e admiração de nossos meios políticos, administrativos e sociais.

A prova de justiça desta decisão da Casa encontra-se na confiança que o ilustre militar sabe merecer dos altos Poderes da República, os quais confiaram a S. Exa. a Presidência da sub-Comissão Geral de Investigação no Paraná, órgão fiador da mais severa fiscalização e atos que estejam diretamente vinculados a sorte do regime e seu crédito ante a opinião pública.

Pede o signatário, outrossim, que desta decisão seja oferecido conhecimento a S. Exa. o Coronel Pêrsio Ferreira, para os devidos fins e efeitos.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1972.

(a) — **Wilson Brandão**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito no final, valendo-se de faculdade regimental, requer, com referendo do Plenário, seja oficiado voto de louvor e congratulação ao Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná, pela posição assumida com pertinência e tramitação dos Códigos Jurídicos em nosso País.

A OAB, através de sua seção paranaense, propõe maior democratização e participação em sua elaboração e análise, ajustando-se, pois, a perspectiva deste Legislativo quanto aos problemas fundamentais de nossa nação.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1972.

(a) — **Luiz Roberto Soares**

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições parlamentares requerem, após ouvido o Plenário, se registre na Ata dos trabalhos de hoje votos de aplauso a TV-Tibagi Canal 11 de Apucarana, tendo em vista sua ótima programação e excelente imagem que hoje alcança toda a região Norte e Nordeste do Estado.

Já se encontra em funcionamento uma Estação Repetidora em Mal. Cândido Rondon cuja inauguração oficial se dará no dia 22 próximo estando confirmada a presença do líder Arenista Paulo Pimentel, Deputados Santos Lima, Paulo Poli, Cândido Manoel, Ovidio Franzoni, Aguinaldo Pereira Lima, Jorge Sato, David Federmann, Francisco Escorsin e outros.

Com mais esta estação a TV-Tibagi Canal 11, alcançará além de toda a região Noroeste do Estado, uma grande parte do vizinho País o Paraguai.

Requerem, outrossim, após a aprovação deste, se dê ciência à TV-Tibagi Canal 11 de Apucarana, ao Exmo. Sr. Prefeito de Mal. Cândido Rondon e respectiva Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1972.

(aa) — **Santos Lima, Paulo Poli, Aguinaldo Pereira Lima, Jorge Sato, e Ovidio Franzoni.**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, requer, após anuência do Plenário, seja encaminhado expediente ao Dr. Adolpho Bloch, Diretor da Revista Manchete, cumprimentando a Empresa e funcionários pela publicação o magnífico suplemento de n.º 1053 sob o título Plano Nacional de Desenvolvimento — 1972/1974 — O Brasil de hoje em ritmo de Amarnã — que, em linguagem acessível, revela o fascinante desenvolvimento Nacional alcançando nos três Governos da Revolução.

Requer-se, também conste do citado expediente as congratulações desta Casa pela designação do advogado Bayard Ozna para a função de Gerente da Sucursal da Manchete no Paraná e Santa Catarina, o qual, em razão dos seus altos merecimentos e indiscutível capacidade, muito contribuirá para o entrosamento e divulgação do nosso Estado e da região sul através daquela formidável Revista de circulação Nacional e Internacional.

Solicita-se, outrossim, seja do presente dado conhecimento integral aos Diretores da citada Revista e novo Gerente da mesma em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1972.

(a) — Cândido Martins de Oliveira

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 92-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a criar no Município de Salto do Lontra, um Ginásio Estadual Agrícola, com funcionamento previsto para o próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a criação da presente Lei, correrão por conta da verba própria da Secretaria dos Negócios da Agricultura.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1972.

(a) — Sebastião Rodrigues Júnior

JUSTIFICATIVA:

E notório, Senhor Presidente, que o Município de Salto do Lontra é uma comuna iminentemente agrícola, com perspectivas de se projetar como um dos núcleos de maior produção da região.

A população local já ultrapassou a casa dos 31.000 habitantes, acusando ainda um grande índice de jovens com menos de 18 anos, portanto, em idade escolar. É necessário uma tomada de posição e urgente quanto à instrução e cultura desta juventude.

Com a criação de um Ginásio Agrícola, pela situação econômica do Município, estariam solucionando em parte o problema educacional da região, evitando o êxodo de jovens em busca de um aprendizado melhor em outros centros do Estado.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, inclito Deputado Wilson Figueiredo Fortes, eminentes Companheiros.

(Lendo):

“Esta Assembléia, há dias atrás, aprovou requerimento de nossa autoria, endereçado ao Sr. Ministro da Justiça, encarecendo à S. Exa. a necessidade de, urgentemente, reformular a legislação brasileira no que diz respeito ao pagamento de vencimentos, ou, na pior das hipóteses, de uma ajuda de custos aos Vereadores que exercem suas atividades em Municípios cujas populações são inferiores a 200 mil habitantes.

Hoje, novamente voltamos a abordar o problema.

Somos, intransigentemente, defensores da necessidade da remuneração do Vereador.

Reconhecemos que antes de 1964 surgiram alguns abusos e existiram casos de Vereadores de Município que ganhavam mais que Governadores.

Não no Paraná. Mas em outros Estados.

O Governo interviu, porém, injustamente.

Terminou completamente com a remuneração aos Vereadores, à exceção de alguns grandes Municípios que, num País de 4 mil Municípios somam apenas 38.

Se alguns exageros existiram em casos isolados, anteriormente a 1964, agora se faz pura e simplesmente com que Vereadores de mais de 3.900 Municípios não tenham direito a remuneração nenhuma.

Muitas vezes nos têm dito que a atividade do Vereador se equipara ao trabalho comunitário prestado pelos clubes de serviço, mas esta comparação não se presta.

Os integrantes de clubes de serviços, possuem condições financeiras para não só participarem de atividades assistenciais, como para pagar, mensalmente, suas contribuições a estes clubes, e, quem não tiver esta possibilidade, deles deixa de participar.

Mas a vereança é diferente. Todo o povo deve estar em condições de ser vereador e não apenas determinados grupos da população.

A situação atual provoca exatamente este fato: a vereança gratuita ficará na possibilidade de apenas determinado grupo de pessoas e não democraticamente, como deveria ser, ao alcance de todos.

Conhecemos, em inúmeros Municípios do interior do Estado, dezenas de vereadores que exercem funções como operários em fábricas, lavradores e outras atividades particulares.

Todos muito bons vereadores.

Ocorre que para o exercício de suas funções públicas, além das reuniões normais nas Câmaras e trabalho nas Comissões Técnicas, quase que diariamente o vereador é instado por solicitações de contribuintes e obrigado, em decorrência do mandato, a manter seguidos contatos com autoridades Municipais.

Muitas vezes, também, há necessidade de suas presenças em Curitiba para entendimentos com Secretários e diretores de órgãos da administração estadual.

Para exercer esta atividade o Vereador não ganha nada e, se isto não bastasse, para cumprir seu mandato são obrigados a faltar o serviço. E, faltando ao serviço não ganham da empresa ou deixam seus interesses particulares.

Além disso, principalmente em Municípios rurais, os Vereadores de distritos residem longe da sede, havendo casos em que o Vereador é obrigado a deslocar-se de sua residência para as sessões das Câmaras em mais de 100 quilômetros, entre ida e volta. Todas as despesas, por via exclusiva conta.

Pergunto aos meus nobres companheiros se é justa esta situação?

E evidente que não.

Não defendemos a tese que se deva, pura e simplesmente, voltar-se ao estado anterior onde cada Câmara de Vereadores poderia votar o vencimento de seus integrantes como bem entendia.

Achamos necessário, isto sim, que o Governo federal tomasse a iniciativa de enviar ao Congresso uma lei complementar à Constituição, regulamentan-

do o vencimento dos Vereadores de acordo com os orçamentos das Prefeituras ou outra série de fatores que o Governo julgasse por bem interpretar.

Vamos dirimir os abusos do passado mas corrigir o erro que é a não remuneração aos Vereadores.

Isto desestimula milhares de cidadãos a serem candidatos.

E, dentro do princípio de que todos são iguais perante a lei, devemos reconhecer um aspecto: individualmente temos que analisar dentro da desigualdade de cada um. Ao rico, mandato gratuito não causa problema algum. Ao pobre, impossibilita-o de ser candidato.

A medida, como se vê, é altamente injusta para a grande maioria do povo brasileiro.

Deputados de todos os Estados brasileiros têm se manifestado em torno do assunto, e mesmo ocorrendo com Associações de Vereadores, podendo conclusivamente afirmar-se a unidade de pensamento da classe política.

Não podemos aceitar, entretanto, a postergação com que ao caso é dispensado.

O desestímulo às candidaturas às próximas eleições de Vereadores é constatada, temos certeza por todos nós.

E esta fuga à participação à vida pública representa, a curto prazo, um esvaziamento maior da classe política nos escalões superiores da administração.

Nós, como muitos Deputados desta Casa, iniciamos a vida política em Câmara de Vereadores, sem dúvida passo importante para galgar-se outras posições.

O Dr. Jânio Quadros que chegou a Presidência da República, começou como Vereador.

Perdurando-se esta situação estará sendo criado um grande obstáculo à renovação da classe política no País.

A vida pública, infelizmente, hoje está cheia de problemas, de sacrifícios e de permanentes desestímulos. Antes era normal um médico deixar sua clínica ou um advogado o seu escritório, para ser Deputado Estadual. Hoje isto não acontece. Basta ver a relação dos candidatos de hoje e de ontem para se verificar a transformação.

Um homem de profissão liberal não deixa esta profissão para ingressar na vida pública.

E com a gratuidade do mandato de Vereador o problema é muito mais grave, pois sendo pobre a grande maioria de nossa população, poucos são os que podem aspirar ser candidatos.

Estamos às vésperas das eleições municipais e julgamos ser o momento oportuno para se alterar a Constituição neste sentido, permitindo a todos os brasileiros a possibilidade de se candidatar a Vereador.

Julgamos desnecessário o envio de outro Expediente ao sr. Ministro da Justiça, pois, não tivemos a honra, até agora, de recebermos qualquer notícia de S. Exa., a respeito do documento aprovado unânimemente por esta Casa, citado ao início do pronunciamento.

É preciso isto sim, que todos nós, em todas as oportunidades permanentemente, reivindicuemos junto às autoridades competentes a imprescindível necessidade de se alterar a Constituição Federal, restabelecendo-se o pagamento de vencimentos aos Vereadores de todo o Brasil, corrigindo-se a distorção e fazendo-se justiça.

Poderiam alegar os senhores a alteração morosa da Constituição para se corrigir injustiças e as distorções, referentemente a Vereadores, em Municípios cuja população é inferior a 200 mil habitantes. Porém, várias e várias vezes, no interesse do Governo, a Constituição foi alterada e rapidamente, a toque de caixa. Agora, recentemente, no interesse dos Deputados Federais e Senadores da República, também sofreu outra alteração.

Por que então com a mesma urgência, com a mesma rapidez, para que se corrija uma grave injustiça, não se altera a Constituição Federal?

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Maurício Fruet, gostaria que as considerações que V. Exa. faz, sobre a remuneração dos Vereadores, fossem consideradas também em nome de nossa Bandeira porque, na verdade, V. Exa. aborda a questão da forma mais apropriada possível.

Veja a incoerência da conceituação da matéria por parte do Governo. Ou a representação do Legislativo Municipal é uma necessidade, é um trabalho, ou não é. Se é uma necessidade o trabalho, em princípio quem trabalha, deve ser pago. Se não há necessidade, parece que o Governo não gosta muito de Legislativos não só Municipal, mas Estadual e até Federal, que acabe com tudo.

Agora, o que não pode é equiparar o trabalho das Câmaras de Vereadores aos dos Clubes de Serviços. Isto talvez dê uma noção da forma que o Governo interpreta a representação popular nesta terra. Clube de Serviço foi sempre coisa de gente que possui recursos, de alguém que se dedica a isto por dilettantismo ou por outro motivo qualquer, mas jamais poderá ser equiparado a uma representação obtida na forma do voto e também, inclusive, com obrigações de ordem legal.

É preciso que o Governo deixe de considerar o Parlamento nesta terra como Clube de Serviço porque do contrário vamos nos convencer da nulidade dos Paramentos. Não que com isto estejamos pregando que os Clubes de Serviços sejam nulos. Achamos o contrário, não são mas repousam na boa vontade daqueles que deles participam, enquanto que os Legislativos têm obrigações, nascem da Constituição Federal, dos Estados e da própria Legislação Municipal.

Tem V. Exa. a inteira solidariedade da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro neste movimento que vai ganhando corpo em nosso País pela remuneração dos Vereadores. Afina, que o Governo defina-se quer um Clube de Serviços ou um Parlamento. Se quer um Clube de Serviços que não imponha Legislação de Leis como ocorre com os Clubes de Serviços.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Muito obrigado. V. Exa. abordou o problema salientando e fixando a posição da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro que nesta Casa é brilhantemente liderada por V. Exa. em termos de solidariedade ao pronunciamento que fazemos com relação à remuneração dos Vereadores.

Segundo entendimento do Governo, não há necessidade de serem remunerados os Vereadores de Municípios cuja população seja inferior a duzentos mil habitantes.

Dos quatro mil Municípios existentes apenas trinta e oito têm população superior a duzentos mil habitantes. Alegam também que o pagamento se torna desnecessário porque as sessões são realizadas no período noturno. Esquecem-se eles que o trabalho do Vereador não é apenas realizado durante as sessões das Câmaras Municipais ou durante as reuniões das Comissões Técnicas.

O trabalho principal realizado pelo Vereador, principalmente o do inte-

rior, que representa as sedes dos Municípios e os Distritos, é particularmente de assistência social e o contacto com as autoridades. Muitas vezes há necessidade do deslocamento do Vereador de sua sede, durante a semana, para Curitiba a fim de reivindicar junto aos Srs. Deputados e aos Secretários de Estado, junto a Diretores de Órgãos e Autarquias Estaduais, e para reivindicar perante o Governador do Estado. E esse deslocamento e essa reivindicação custa dinheiro aos Vereadores, e em contrapartida, o Vereador nunca é ressarcido das despesas efetivamente efetuadas. Por isto acho que é uma injustiça muito grande que se comete aos Vereadores, aqueles que são sustentados da comunidade brasileira, e acima de tudo, além dessa injustiça, de um trabalho prestado com honestidade, de um trabalho prestado diuturnamente, um trabalho que não recebe remuneração alguma para o exercício desse trabalho, o Vereador, infelizmente é obrigado a dispor, a dispendir dinheiro, cujo dinheiro jamais é ressarcido pelo Poder Público.

Portanto, mais uma vez evidenciamos a necessidade de todos nós atalharmos com este objetivo e propósito, da adoção urgente de medidas para corrigir esta grande injustiça, esta enorme distorção que se comete à classe política do Brasil".

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luis Robert Soares, segundo orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Ocupo a Tribuna desta Casa, para justificar Requerimento e dar entrada, em seguida, com relação à posição do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Paraná, pertinente a um tema, a um problema da maior envergadura o que colaborará para traçar o perfil da sociedade brasileira.

Refiro-me à elaboração dos Códigos, dos vários Códigos que estão atualmente sendo elaborados para vigirem proximamente em nosso País.

Assim, encontra-se na elaboração a Lei do Código Penal e Lei das Contravenções Penais que já foram promulgados e irão vir a partir de 1973; os Códigos de Processo Penal; Execuções Penais; Civil; Processo Civil; Navegação; Trabalho; Processo de Trabalho; Menores; Contabilidade Pública; Penal Militar, e Processo Penal Militar.

Ocorre, Srs. Deputados, que todos estes Códigos estão sendo elaborados misteriosamente, sem que deles participem as várias camadas e os vários setores da vida pública brasileira, que deveriam e poderiam perfeitamente também se integrar neste processo de elaboração, dando assim aos referidos Códigos a média da opinião dos setores mais responsáveis, principalmente as elites políticas e jurídicas deste País, que, nestas circunstâncias se traduzem em Códigos que seriam muito mais duradouros e que representem com mais autenticidade a opinião e o senso das elites políticas e jurídicas nacionais.

Em data muito recente, o Conselho da Ordem dos Advogados — Seção do Paraná através do Conselheiro Luis Gastão Franco de Carvalho, saudou os novos advogados e estagiários, assim se referindo:

"Desse novo e recente Projeto de Código, pouco se conhece, sabendo-se que o supervisor é o Professor Miguel Reale, que presidiu uma subcomissão revisora e elaboradora, composta por José Moreira Alves, hoje Procurador Geral da República (encarregado da Parte Geral), Ebert Vianna Chamoun (Direito das Coisas), Torquato Castro (Sucessões), Silvio Marcondes (Atividades Negociais) e Clóvis Couto e Silva (Direito de Família). Este último esteve recentemente entre nós, pronunciando conferência a convite do Instituto dos Advogados do Paraná, de onde se pode obter alguma notícia atual dessa misteriosa reforma de nosso Direito Substantivo.

Preocupa, sem dúvida, as elites jurídicas e políticas do País o processo de elaboração das Leis, que passam dos Gabinetes Ministeriais ao Congresso Nacional, onde são aprovadas quase sempre, ou sempre, sem quaisquer modificações.

As Emendas eventualmente apresentadas não merecem a menor consideração, já que os líderes pressuroso em promoverem-se perante os detentores do Poder, tratam de afastá-las a pretexto de que deve permanecer íntegro e intocável o pensamento do Governo".

Considero altiva, oportuna e necessária a posição assumida pela Ordem dos Advogados do Brasil, através de sua seção paranaense, porque é exatamente esta a medida da elaboração do Código Civil Brasileiro. Ora, sabem os Srs. Deputados que o Código Civil representa exatamente o Direito Comum, o Direito que interessa a todos os cidadãos individualmente, porque é através dele que se normalizará a sua conduta e comportamento dentro da sociedade em que vive. Nada mais lógico que em razão desta sua posição, fosse o Código Civil Brasileiro repensado, elaborado, através de processos mais democráticos de participação, que se desse à espera decisória a participação de um número pelo menos razoável de instituições universitárias e vários institutos que poderiam melhorar, digo, melhor aprimorá-la. O mais grave é, srs. Deputados que o supervisor desses Códigos é o atual Reitor da Universidade de São Paulo, Professor Miguel Reale, que através de sua obra teórica e doutrinária, sempre propugnou pela democratização da política legislativa. Assim é que em livro publicado há muito pouco tempo, o Professor Miguel Reale dizia o seguinte: É na consciência e pela consciência desse superamento progressivo da natureza pelo espírito que pode e deve deixar raízes, uma convicção mais viva e eficaz sobre as possibilidades como aperfeiçoamento humano e pela preservação da democracia, o único regime capaz de realizar na prática, as virtudes da livre crítica, peculiares ao tipo de cultura que nos vem das matrizes grego-romanas e que recebeu do cristianismo o valor fundante do respeito à pessoa humana como tal e mais adiante o mesmo supervisor do Código Civil Brasileiro afirmava: O que se deve reclamar, isto sim, é que as teorias jurídicas e os juristas se atualizem, ajustando-se às novas técnicas da intervenção do Estado, porque implica alterações de fundo nos organismos universitários, para que o jurista possa então, validamente, atender ao chamado do nosso tempo e com sua presença cooperar na salvaguarda dos valores essenciais certeza e da liberdade. E conclui, o problema do Direito é assim antes de tudo, um problema de vida e cultura. Ao Estado realizador do Direito sucede o Estado realizador de cultura, mas sem conflito com as garantias jurídicas as quais não podem deixar de ser consideradas os esteios inamovíveis de qualquer ordem civil; compreende-se a Justiça com o valor impostergável da certeza. E ainda muito recentemente, em sua principal obra, a proposta da Filosofia do Direito, repete e confirma o Professor Miguel Reale, que cada módulo jurídico considerado de per si, corresponde a um momento de integração de certos fatos, segundo valores determinados, representa uma solução temporária de uma tensão dialética entre fatos e valores, solução esta estatuida pela interferência destes órgãos ao Poder, em um dado momento da experiência social. Assim, afigura-se-nos incongruente a posição assumida pelo Magnífico

Reitor da Universidade de São Paulo, professor Miguel Reale, quando ele próprio na sua obra doutrinária e teórica, diga-se de passagem, digna de todo o louvor, mas que quando à testa da supervisão do nosso principal código, omite-se totalmente tornando ainda mais misteriosa a elaboração de um patrimônio jurídico que deveria ser o patrimônio de toda a nação brasileira.

O sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O assunto que V. Exa. trata ou seja, a reforma dos Códigos Brasileiros, já por longos anos se vem arrastando em nossa terra.

Ainda lembro-me cursava a segunda série da Faculdade de Direito, um livro adaptado para Direito Civil, já continha a exposição da matéria tendo em vista o código então vigente e o futuro, que naquela época deveria sair logo, mas que até hoje não saiu.

Quanto a maneira que V. Exa. se expressa em relação ao Sr. Miguel Reale, estranhando a incoerência do Reitor da Universidade de São Paulo, V. Exa. me perdoe discordar do seu ponto de vista, mas não vejo exceção alguma nesta incoerência do Reitor da Universidade de São Paulo, cuja vida para mim aliás, é marcada por uma série de incoerências. S. Exa. quando advoga a liberdade, está sempre caindo em incoerência, pois sua atividade na prática, sempre foi de total sufocamento das liberdades públicas. Quanto ao sigilo que parece, segundo se manifesta na sub-seção da Ordem dos Advogados do Brasil, pretende tratar-se os Códigos também e não é de se estranhar na atualidade da vida brasileira, onde quase tudo aquilo que possui relevante importância, é tratado sigilosamente.

Portanto, também quero secundar à V. Exa. neste aplauso, a atitude da sub-seção da Ordem dos Advogados do Brasil, para que nós reivindicarmos junto ao Governo Federal, uma solução pronta e imediata para estes códigos, porque é sabido que o nosso principal estatuto de Direito Civil, como se diz comumente entre os advogados, é uma verdadeira colcha de retalhos. É necessário, urge que tenhamos um estatuto novo, atualizado dentro das doutrinas modernas, que encerram o conceito de propriedade e outros relacionamentos como o das obrigações, por exemplo.

É preciso que o Governo nos dê estes códigos, propiciando o amplo e franco debate porque afinal de contas, a legislação sobretudo, uma legislação desta que não implica, entendo eu, em segurança nacional, ou possa por em risco a permanência dos homens que estão no Poder. Ponto que por certo os iria preocupar e fazer com que agissem sigilosamente mas como se trata de matéria que penso eu, não irá colocar em risco a continuidade do Poder, poderia propiciar que as diversas parcelas da nação brasileira participassem das discussões, oferecessem contribuições para que estes códigos, documentos definitivos, viessem à luz dentro daquilo que melhor conviesse ao estágio atual da sociedade brasileira. Que eles não se encaminhassem para esta atitude de procurar elaborar este código em sigilo, porque caso isto ocorra, se V. Exa. me desculpar a ironia, eu não duvido, que estes códigos sejam publicados em códigos. Era o aparte. E muito obrigado a V. Exa.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Fico gratificado pelo aparte que o eminente Líder do Partido da Oposição acaba de dar. E com relação ainda ao Professor Miguel Reale, não há dúvida de que não é fácil buscar uma linha de coerência de atuação deste brilhante filósofo de Direito.

O professor Miguel Reale me parece se constituir no "homem-partido", de que fala o poeta Drumond de Andrade.

Porque há uma moral pública e uma moral privada. O que é lamentável porque exatamente na medida em que se restringe o debate com relação ao Código Civil, subrepticiamente, vão se introduzindo, segundo fomos informados, alguns artigos que não correspondem aos anseios da sociedade brasileira e nem aos critérios valorativos de Justiça, como é e deve ser um Código que se pretende, afinado com os postulados mais caros do Direito.

O sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Justamente, para reafirmar junto com V. Exa. que o debate se faz ainda mais necessário, tendo em vista a origem do Anteprojeto. Justamente pela sua origem, é que o debate se torna mais necessário. Aquilo que se destina a regular relações numa sociedade supostamente livre e democrática, sobretudo quando emana do Sr. Miguel Reale, merece o crivo, sob pena de nós termos no Direito Civil Brasileiro, como fundamento, algo parecido com "mein Kampf". É necessário o debate mais do que nunca, eu insisto, porque o Anteprojeto emana de um homem com uma tradição filosófica, com pensamento jurídico do Sr. Miguel Reale que é conhecido de todos os universitários brasileiros e de todos aqueles que militam na vida pública de nosso país.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Agradeço mais uma vez o aparte de V. Exa. E apenas para confirmar a linha que vimos desenvolvendo. Saiba V. Exa., saibam os srs. Deputados que se pretende, conforme informou oficialmente o Jurista Clóvis Couto e Silva, quando recentemente em Curitiba, que se pretende introduzir e revitalizar no atual Projeto do Código Civil, a ser apresentado ao Congresso, a figura medieval de Anticrese, de uma maneira absolutamente incompatível com o estado atual da sociedade brasileira. E o que é mais grave, totalmente infringente aos postulados que eu considero justos. Assim é que atualmente a Anticrese é o direito real sobre bem imóvel alheio, em virtude do qual o credor o possui, a fim de perceber-lhes os frutos e imputá-los no pagamento das dívidas, juros e capital, ou somente juros. Código Civil, artigo 805, parágrafo 1.º. Ocorre que no Projeto atualmente em elaboração, a Anticrese passa a ser o direito real sobre patrimônio alheio. O que evidentemente dá uma dimensão excessiva ao instituto e significará na prática, eu não tenho dúvida, o fim das pequenas e médias empresas do Brasil. Porque no momento em que o credor pode se assenhorar do patrimônio alheio a fim de garantir o pagamento de seu crédito, não há dúvida de que as pequenas e médias empresas no Brasil irão sofrer um colapso irreversível. Então é por isso e por outras razões que considero necessários os debates, amplamente, sobre os projetos de Código brasileiros principalmente sobre o projeto do Código Civil Brasileiro. Esse é apenas um exemplo do que poderá ocorrer se as elites sociais e jurídicas brasileiras não participarem como devem e como podem, na elaboração, deste Código.

É o que nós tínhamos a dizer, sr. Presidente, srs. Deputados.

Obrigado. (muito bem) (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

Votação em 3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 219-70, de autoria do Deputado Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a criar um Curso Colegial em Faisandú e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado.**

Votação em 3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 240-70, de autoria do Deputado Pinto Dias, cria um Curso Científico no Ginásio Estadual de Assis Chateaubriand. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Com Emenda.** — **Aprovados projeto e emenda.**

Votação em 3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 69-71, de autoria do Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Distrito de "Três Barras", Município de Catanduvas, para funcionar a partir do ano letivo de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Com Emenda.** — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovados projeto e emenda.**

Votação em 3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 122-71, de autoria do Deputado Quêlso Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de Colorado, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição nos Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Com Substitutivo.** — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado pelo substitutivo.**

Votação em 3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 123-71, de autoria do Deputado Quêlso Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de Astorga, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição nos Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado.**

Votação em 3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 145-71, de autoria do deputado Fuad Nadi, cria uma Escola Normal Colegial Estadual no Município de Nova Aurora, para funcionar a partir de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Com Substitutivo.** — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado pelo substitutivo.**

Votação em 3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 220-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 23-71, encaminhando anteprojeto de Lei que cria no Quadro Único de Pessoal, com lotação no Centro de Informações da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, os Cargos Isolados de Provimento em Comissão que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado.**

Votação em 2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 291-70, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que cria a Escola Normal de Diamante do Norte, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Votação em 2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 224-71, de autoria do Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo conceder duas pensões mensais de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), a José Boiko e Ana Boiko, residentes em Colônia Retiro, Município de Mandirituba. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. — **Com Substitutivo.** — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado pelo substitutivo, artigo por artigo.**

Votação em 2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 6-72, de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Educação e Cultura Espírita do Paraná, com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado artigo por artigo.**

Votação em 2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 42-72, de autoria do Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa, autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação, da cidade de Ponta Grossa. — Parecer favorável da C.C.J. — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado artigo por artigo.**

Votação em 2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 59-72, de autoria do Poder Executivo — Ofício n. 66-72 referente a Mensagem n. 49-71, cria o Fundo de Desenvolvimento Rural e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado artigo por artigo.**

Votação em 2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 60-72, de autoria do Poder Executivo — Ofício n. 66-72, referente a Mensagem n. 49-71, estabelece a Cota de Ocupação de Terras Devolutas e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Em Regime de Urgência.** — **Em votação.**

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ainda há alguns dias atrás foi retirada da apreciação deste Plenário, em muito boa hora, Mensagem Governamental que extinguiu o DGTC, substituindo por uma Fundação, em termos tais, que esta Casa achou por bem não aprovar, naquele momento.

Secundava aquele Projeto o atual 60-72. Mensagem n. 49-71, do então governador Haroldo Leon Peres.

Objetiva a proposição, em apreciação nesta Casa, a criação de uma taxa de ocupação de terras devolutas.

O assunto interessa, sob muitos aspectos, a região que represento nesta Assembleia, porque o Sudoeste do Paraná, como é do conhecimento de todos, é uma região que possui uma imensidão de terras devolutas, situação essa que tem gerado os mais sérios problemas que o Paraná conhece.

Pensava eu que o Governo objetivava regularizar, no mais curto espaço

de tempo, a situação de terras devolutas ocupadas por posseiros, definindo, de uma vez por todas, a questão que implica num sério problema social.

Pensava que era vontade e sentimento do Governo procurar dar títulos definitivos àqueles que detêm a posse efetiva da terra.

Para surpresa minha, parece não ser esse o pensamento do Governo. Pretende o Governo criar uma espécie de inquilinato rural e obter, a título quase de aluguel em pagamento, daqueles que se encontram de posse de terras devolutas.

Não vejo outra razão para isso, por isso esta é a interpretação que, neste momento, dou da Tribuna.

Quero formalizar aqui, à Liderança do Governo, um pedido que peço em nome da gente que representa, gente que se compõem, em grande número, de posseiros, homens que detêm a posse efetiva da terra, que lá estão aguardando as providências do Governo, a fim de que essas terras devolutas sejam tituladas a eles, definitivamente, para que, então, de posse de seus títulos de propriedade, possam recorrer aos benefícios que a lei lhes facultava, como crédito especializado através do Banco do Brasil e do Banco do Estado.

Faço um apelo ao Governo, para que procure superar essa fase de estagnação da minha região devido ao caso com essas terras devolutas, procurando dar, definitivamente, o título de propriedade àqueles que têm direito, àqueles que já se encontram trabalhando efetivamente naquela região. Que tire da cabeça essa ideia de querer fazer deles uma espécie de inquilinos, de lavradores permanentes.

Esta Mensagem, acredito eu, bem demonstra o espírito que o Governo tem, pretendendo entregar a questão das terras devolutas e dos posseiros; não é este o espírito que irá pacificar a região. Não é este o espírito que irá propiciar aos posseiros condições de progresso; não é este o espírito que irá dar aos agricultores do Sudoeste do Paraná, naquela região de terras devolutas, condições de desenvolvimento e de progresso. Por que pretende o Governo criar uma taxa de ocupação? É evidente que isso não vai solucionar o problema a curto prazo, pois do contrário não estaria preocupado em fazer um Projeto de Lei, tornando definitiva a cobrança de uma taxa para ocupação. O agricultor posseiro deverá pagar determinada importância, a título de aquisição da propriedade sobre a qual ele se encontra, e que se constitui terra devoluta do Estado. Mas, taxa de arrendamento, taxa de ocupação como o Governo chama, essa não compreendo.

O projeto é de autoria do Sr. Haroldo Leon Peres, do ex-Governador Haroldo Leon Peres, mas foi referendado também pelo atual Governo do Estado do Paraná.

Faço aqui um apelo à Liderança da ARENA, que da mesma forma como propiciou ao Governo do Estado reexaminar a questão da Fundação para o tratamento de problemas de terras, permita também a retirada desse Projeto por algumas Sessões, a fim de que também possa retornar ao executivo e sofrer nova apreciação, porque entendo que esse projeto está estreitamente ligado àquele que se retirou da apreciação desta Casa dias atrás. Portanto, não vejo motivos para que aqui seja apreciado, isoladamente, enquanto o outro foi retirado por ser submetido novamente a estudos por parte do Executivo.

Formulo à Bancada do Governo nesta Casa, representada pelo seu vice-Líder, uma vez que o seu Líder, Deputado João Mansur, não se encontra presente, formulo esse apelo, em nome da gente do sudoeste do Paraná, para que também essa proposição seja retirada por algumas sessões e possa ser examinada conjuntamente com aquela que cria uma Fundação para tratar do problema de terras devolutas no sudoeste do Paraná.

Era só. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o Projeto de Lei n. 59-72.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — (Pela ordem). Sr. Presidente, tendo em vista que a Mensagem a que me referi encontra-se em 2a. discussão, já em fase de votação, e como não cabe requerimento para retirada da Ordem do Dia, farei então o requerimento por ocasião da 3a. discussão, na sessão de amanhã.

Muito obrigado e deixo esse esclarecimento à Casa.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Projeto de Lei n. 59-72. — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 244-70, de autoria do Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de Grau Colegial em Adrianópolis. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 10-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Ex-Proposição n. 105-72, aprova os termos do acordo firmado, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, celebrado em 13 de outubro de 1971, e destinado à realização do censo de recursos humanos do pessoal componente da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e das entidades a ela vinculadas. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 11-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Ex-Proposição n. 106-72 — aprova o Termo do acordo n. 23-71, celebrado em 13 de outubro de 1971, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado a realização do "Curso de Administração de Serviços de Saúde". — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 292-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 49-71, encaminhando anteprojeto de Lei que institui a Fundação de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Do referido Projeto foi apresentado Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, do seguinte teor: (Lê):

"Senhor Presidente:

Levando em conta os aspectos novos que resultaram da apreciação do Projeto de Lei n. 292-71, requeiro que a proposição referida, seja mais uma vez submetida às Comissões de Constituição e Justiça e Terras e Colonização.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) — João Mansur".

Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 49-72, de autoria do Poder Executivo, — Mensagem n. 14-72, encaminhando anteprojeto de Lei que abre crédito especial de Cr\$ 1.516.290,00 (um milhão quinhentos e dezesseis mil,

duzentos e noventa cruzeiros), à Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes — Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina — A.P.P.A., para despesas com execução da Lei n.º 6.249, de 10 de novembro de 1971. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM N.º 14-72

PROJETO DE LEI N.º 49-72

Curitiba, 19 de abril de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre abertura de um crédito especial de Cr\$ 1.516.290,00 (hum milhão, quinhentos e dezesseis mil, duzentos e noventa cruzeiros), à Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes, Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina — A.P.P.A., destinado ao atendimento de despesas decorrentes da execução da lei n.º 6.249, de 10 de novembro de 1971.

2. O crédito especial de que trata o Plano e Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa, se faz oportuno e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que virá ensejar as necessárias condições a fim de que, sob prisma orçamentário, seja dada execução à lei n.º 6.249, de 10 de novembro de 1971, que dispõe sobre a integração dos Portos de Paranaguá e de Antonina em uma entidade autárquica única, integração essa que, face a ordem cronológica da aprovação dos atos, deixou de figurar na vigente Lei Orçamentária.

Certo de que o anteprojeto de lei ora encaminhado merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e a consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/Capital

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial de Cr\$ 1.516.290,00 (hum milhão, quinhentos e dezesseis mil, duzentos e noventa cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, para atender as despesas decorrentes da Lei n.º 6.249, de 10 de novembro de 1971, de acordo com a seguinte especificação:

Órgão Principal: Secretaria dos Negócios dos Transportes.

Programa: Administração dos Serviços Portuários.

Dotação: 72-4.4-62-05-0.

Unidade Executora: Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes.

Unidade de Execução Delegada: Administração dos Portos de Paranaguá e

Antonina — A.P.P.A.

3.0.0.0 — Despesas Correntes

3.2.0.0 — Transferências Correntes

3.2.7.0 — Diversas Transferências Correntes

3.2.7.3 — Entidades Estaduais

03 — Outras Despesas Cr\$ 400.000,00

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.3.0.0 — Transferências de Capital

4.3.3.0 — Auxílios para Obras Públicas Cr\$ 541.290,00

4.3.4.0 — Auxílios para Equipamentos e Instalações Cr\$ 569.000,00

4.3.5.0 — Auxílios para Material Permanente Cr\$ 6.000,00

T O T A L Cr\$ 1.516.290,00

Art. 2.º — Como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, poderá o Poder Executivo, cancelar as dotações orçamentárias da “Administração do Porto de Paranaguá — APP” e “Administração do Porto de Antonina — APA”, no montante de Cr\$ 1.516.290,00 (hum milhão, quinhentos e dezesseis mil, duzentos e noventa cruzeiros) consignada na Lei 6.253 — Orçamento Geral do Estado, de 3 de dezembro de 1971.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N.º 49-72

SUMULA: Mensagem n.º 14-72, encaminhando anteprojeto de Lei que abre crédito especial à Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, para despesas com execução da Lei n.º 6.249 de 10 de novembro de 1971.

PARECER

A presente mensagem governamental solicitando a abertura de crédito especial de Cr\$ 1.516.290,00 (Hum milhão, quinhentos e dezesseis mil, duzentos e noventa cruzeiros) à Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes, destinado ao atendimento de despesas decorrentes da Execução da Lei n.º 6.249, de 10 de março de 1971, busca corrigir a deficiência orçamentária originada pela ordem cronológica de aprovação da Lei Orçamentária e o supra citado ato que dispõe sobre a integração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

2) Exige a Carta Maior para atender de créditos especiais dois requisitos, autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes.

3) Satisfeitos esses princípios constitucionais, fundamentalmente pela indicação do recurso para a cobertura do crédito solicitado como se infere do art. 2.º do Projeto em estudo e, considerando a importância da matéria, opinamos pela aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Santos Lima — Relator

Erondy Silvério

Ovílio Franzoni

Maurício Fruct

Cândido M. de Oliveira

Basilio Zanusso

Luiz Roberto Soares

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei n.º 49-72.

1) — A presente proposição, oriunda da Mensagem Governamental n.º 14-71, dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr\$ 1.516.290,00 à Secretaria dos Transportes, Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, destinado ao atendimento de despesas decorrentes da execução da Lei n.º 6.249, de 10 de novembro de 1971, que estabelece a integração dos Portos de Paranaguá e Antonina em uma entidade autárquica.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

David Federmann — Relator

Odilon Reinhardt

João Fadel

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Josefa Quesada. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Coronel Pêrsio Ferreira que, no exercício das altas funções de Secretário de Segurança no Governo anterior soube, com correção, probidade e coragem de atitudes, alçar-se ao respeito e admiração de nossos meios políticos, administrativo e social. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, solicitando voto de louvor e congratulação ao Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná, pela posição assumida com pertinência à tramitação dos Códigos Jurídicos em nosso país. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima e outros, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos à TV Tibagi, Canal 11 de Apucarana, tendo em vista sua ótima programação e excelente imagem, que hoje alcança toda a região Norte e Nordeste do Estado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Dr. Adolfo Bloch, Diretor da Revista “Manchete”, cumprimentando a empresa e funcionários pela publicação do magnífico suplemento de n.º 1053 sob o título “Plano Nacional de Desenvolvimento”. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando seja formada uma Comissão Especial de três Srs. Deputados, com o objetivo de verificar no interior do Estado a real situação do funcionalismo público estadual. Em discussão.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — (Pela Ordem).

Sr. Presidente, pediria a V. Exa., que anunciasse o resultado.

O SR. PRESIDENTE — Em votação, REJEITADO.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — (Pela Ordem).

Sr. Presidente, eu solicitei de V. Exa. a verificação de quórum, verificação de votação, e que V. Exa. anunciasse o resultado.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência colocará novamente em votação o Requerimento de autoria de V. Exa.

Em votação o Requerimento.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela Ordem).

V. Exa. está colocando em votação, o Projeto ou o requerimento?

O SR. PRESIDENTE — O Requerimento.

Em votação. 18 Srs. Deputados votaram contrariamente ao Requerimento, 6 Srs. Deputados votaram favoravelmente, em consequência, foi REJEITADO o Requerimento.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — (Pela Ordem).

Sr. Presidente, solicitaria a V. Exa. uma nova verificação, se possível.

O SR. PRESIDENTE — Matéria vencida, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 219-70, 224-71, 6-72, 42-72, 59-72 e 60-72;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 244-70 e 49-72 e de Resolução n.ºs 10-72 e 11-72;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 12-72, 13-72, 295-70, 13-71 e 57-72.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 192-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4.432, de 12 de junho de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a HILARIO FREGONEZE, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1971, a partir de 03 de julho de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de junho de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 193-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.004, de 05 de abril de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

lotar Lázaro Caetano da Silva, ora à disposição deste Poder, no Serviço de Assistência Social.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de junho de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral